



A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA PERSPECTIVA DE UMA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA ILHA DE ITAMARACÁ, PE.

Mônica Nunes Gonçalves¹; Francisco Valença de Almeida Leite²

SINTAPE

Grupo: I

Tese: I.2- Cidadania – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Introdução

Após 72 anos do emblemático livro Geografia da Fome, do médico e diplomata Josué de Castro, no qual são introduzidos conceitos e ideias sobre a fome e o primeiro mapa da fome no país, o debate sobre a insegurança alimentar e nutricional que assola o Brasil, nos últimos anos continua mais atual do que nunca. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei Nº 11.346, de 15/09/2006, conceitua no capítulo I, artigo 3º, da respectiva lei a SAN que consiste:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ampliando o conceito, tem-se como proposta a Soberania Alimentar como resultado dos debates das entidades da sociedade civil, movimentos sociais e setores profissionais comprometidos em todo o mundo com as questões alimentares. Formulado pela via campesina, o conceito da soberania alimentar é entendido segundo Machado e Machado

¹ Extensionista, do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, membro do Grupo de Estudo, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

² Extensionista, do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, membro do Grupo de Estudo, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA. Mestre em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.



**Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA**

Filho (p.85, 2014) como a “capacidade que um país tem de alimentar sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal [...]. A agroecologia dialoga com o conceito de soberania alimentar, na medida em que se baseia num “novo modelo agrícola, baseado numa prática que respeita o ser humano e a natureza sem a utilização de veneno ou insumos químicos [...], tal prática não se restringe apenas à produção, mas também à distribuição e à circulação dos alimentos.” (ESTEVE, p.14, 2017). É importante observar que esse diálogo traz perspectivas e práticas que se aliam ao comércio justo, a mudança de um modelo agroalimentar, a conservação da biodiversidade, a valorização do comércio e cultura local que se contrapõem a submissão do pequeno agricultor aos insumos químicos, ao consumo insustentável, exploração do meio ambiente, e a uma competição desleal com o comércio local. (ESTEVE, 2017). Neste contexto, uma extensão rural agroecológica pode contribuir através de processos educativos que valorizem o conhecimento local e entendam a agricultura e a sustentabilidade como uma construção social, oportunizando uma aprendizagem coletiva para a superação de modelos de extensão de transferência de tecnologias e produtividade. (CAPORAL, 2007). As metodologias efetivamente participativas que apoiam “as iniciativas próprias dos beneficiários e estimulam a participação como um direito e controle social [...] e que contribuem para ações ambientalmente sustentáveis que levam em consideração os diferentes agroecossistemas e sistema culturais, são importantes instrumentos da extensão rural agroecológica. (CAPORAL, 2007). Apesar da construção das leis e políticas na perspectiva agroecológica nos últimos 15 anos, o modelo da extensão rural convencional persiste na prática da assistência técnica e extensão rural – ATER. O instituto agrônomo de Pernambuco, atualmente, incorpora três seguimentos de ação: pesquisa, extensão rural e recursos hídricos. Possui escritórios municipais em quase todo o estado pernambucano, em específico na Ilha de Itamaracá, município de que trataremos neste artigo. A Ilha de Itamaracá, situa-se há 48km da Região Metropolitana do Recife (RMR), com população de 21884, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município faz limite ao Sul, com Igarassu, ao Leste com o Oceano Atlântico, a Oeste com Itapissuma e ao Norte com Goiana. A ilha é conhecida por suas belezas naturais, manguezais, monumentos e sítios históricos datados do século XVI, expressões culturais como a “ciranda”, além de ser constituída por oito unidades de



Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA

conservação. A beleza das paisagens naturais, por outro lado, despertou a especulação e invasão imobiliária, trazendo consequências danosas ao meio ambiente, a exemplo de desmatamentos e queimadas, além da violência crescente no município, que abriga um complexo penitenciário formado por três unidades prisionais. É neste contexto, que está inserida a extensão rural, no qual será tratada no texto, no que diz respeito a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, executado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) para a soberania e segurança alimentar e nutricional da Ilha de Itamaracá.

Objetivo

Fortalecer a agricultura familiar através do fomento a diversificação dos cultivos, preservando a flora nativa, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das escolas e serviços de assistência social credenciados no PAA do município da Ilha de Itamaracá, em Pernambuco.

Relato e Desenvolvimento

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco foi implantado em 2015, no município da Ilha de Itamaracá, localizada no estado de Pernambuco, Região Nordeste. No respectivo ano, foram incluídos no programa cerca de 22 produtos provenientes da agricultura familiar disponibilizados as quatro entidades beneficiadas. É importante destacar que entre 2015 e 2016, os produtos incluídos provinham não só da agricultura familiar, como também da pesca artesanal e da agroindústria (bolos e doces). Em 2016, foi incluso no PAA a mangaba, fruta proveniente da biodiversidade brasileira que está em vias de extinção em todo território, e que possui importância econômica e social na Ilha, sendo ainda fonte de renda para as famílias. Entre 2016 e 2017, foram incluídos 33³ produtos provenientes da agricultura familiar e cinco entidades beneficiadas. Os produtos foram selecionados em conjunto com os/as agricultores/as a partir da disponibilidade e oferta na propriedade, podendo ser oferecidos

³ Da lista dos 33 produtos da agricultura familiar, entre os produtos oferecidos temos: Tomate cereja, mangaba, maxixe, coco seco, coco verde, quiabo, limão, acerola, maracujá, inhame, macaxeira, coentro, feijão verde debulhado, abóbora, melancia, banana prata, banana maçã, milho, batata doce, cajá, banana da terra, etc.



Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA

ao programa, de acordo com a sazonalidade dos cultivos e aceitação dos beneficiários. O aumento e diversificação de produtos foi resultante das ações da extensão rural na perspectiva agroecológica com os/as agricultores/as familiares, na qual pensa-se a integralidade da propriedade através do incentivo ao aumento da diversificação de alimentos, aproveitamento integral da produção das frutíferas, valorização da cultura alimentar local, reconhecimento do trabalho das mulheres na produção, incentivo as práticas de manejo sustentável e preservação das áreas verdes. Os/as agricultores/as em específico participantes do PAA, foram incorporados nas atividades de extensão rural na perspectiva agroecológica através de oficinas e encontros para trocas de experiências. Entre 2016 e 2017, foram realizadas oficinas com temáticas sobre defensivos naturais, contra o uso de agrotóxicos na perspectiva do resgate da produção de alimentos saudáveis, além de troca de experiências sobre abelhas nativas⁴ com o objetivo de sensibilizar para a preservação de espécies animais e vegetais, potencializando a conservação da biodiversidade local nas unidades de conservação da Ilha, além de orientações sobre aproveitamento integral dos alimentos. A extensão rural possui um papel integrador das políticas públicas, nesse aspecto, o diálogo com os/as gestores/as locais é de suma importância para o acompanhamento e o andamento integral do programa, definindo papéis e compromissos da contrapartida do poder municipal. Nesse sentido, a extensão rural realizou através de visitas o acompanhamento e o monitoramento das entidades beneficiadas, para verificação do recebimento e acondicionamento dos produtos, além de avaliar com o público beneficiado a aceitação dos alimentos, em específico tubérculos, raízes e hortaliças, através de consulta e inserção da extensão em encontros das escolas de pais ou responsáveis. Comunidades rurais e periurbanas como Alto da Felicidade, Jaguaribe, Alto da Bela Vista, Sossego, são atendidas pelo PAA através das entidades, cujo público é constituído por crianças, adolescentes, adultos e idosos em vulnerabilidade social, uma vez que um percentual significativo é proveniente de famílias de pescadores artesanais e agricultores familiares.

Discussão dos resultados

⁴ A troca de experiências sobre abelhas nativas, foi realizada em propriedades rurais do município de Paulista, como parte do projeto do Grupo de Estudo, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA (GEMA), com ações da extensão rural desenvolvida em conjunto com o extensionista Adgerlan Codácio.



**Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA**

Observou-se a diminuição de pragas e doenças nos cultivos; aumento da matéria orgânica do solo; sensibilização dos/as agricultores/as quanto ao combate e uso de agrotóxicos, fortalecendo a prática do cultivo orgânico, produção de alimentos diversificados, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários e geração de renda através da venda do excedente dos agricultores/as. No que diz respeito aos beneficiários, foi verificado melhor aceitação de produtos como tubérculos, raízes e frutas, uma vez que no ambiente familiar, a cultura alimentar baseia-se em produtos industrializados ou mesmo insegurança alimentar e nutricional. No entanto, observou-se que nos últimos dois anos, os preços dos produtos do PAA, sofreram perdas de valor de mercado, fazendo com que a adesão dos/as agricultores/as ao programa reduza gradativamente, uma vez que a prática da venda de produtos da agricultura de porta em porta utilizada na ilha, proporciona retorno monetário imediato e por vezes com valor superior ao PAA. Em 2017, a baixa de preços também foi responsável em certa medida pela falta de oferta dos produtos da agroindústria como bolos e doces, este último tradição na Ilha, a exemplo de doce e passa de caju e mangaba. Em 2018, no entanto, os produtos da agroindústria, após uma baixa de preços, voltam a ser incluídos no PAA da ilha, devido a uma melhor valorização de preços dos respectivos produtos. É preciso valorizar os produtos da agricultura familiar, com preços justos, e inclusão de produtos provenientes da cultura alimentar local, através de medidas inclusivas dos poderes públicos. Outro aspecto, importante, passa pela perspectiva do compromisso do poder municipal em cumprir as contrapartidas de infraestrutura e operacionais necessárias, contida nos convênios. Portanto, a gestão municipal, precisa pactuar compromisso, eficiência e profissionalismo no processo do PAA, sem o qual a extensão rural local passa a assumir esse papel, no intuito de garantir alimentos nutritivos aos beneficiários e dinamizar economicamente a agricultura local. No caso da Ilha, atualmente temos realizados mais reuniões de avaliações com gestores e de acompanhamento e trabalho diretamente com a nutricionista, pensando em processos de educação nutricional com base na segurança alimentar. Portanto, a extensão rural atuando no âmbito do PAA, na perspectiva agroecológica fomenta ações de sustentabilidade, participação, inclusão de gênero, aproveitamento integral dos alimentos, sensibilização de preservação da biodiversidade local, renda e diversificação dos cultivos.



**Congresso Nacional dos Trabalhadores/as da Assistência Técnica
Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil
EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA**

Bibliografia

Brasil, 2006. Lei da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11346, de 15/09/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 09/08/2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

ESTEVE, Esther Vivas. O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação? 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ilha-de-itamaraca/panorama>. Acesso em 07/08/2018.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. Dialética da Agroecologia. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a geografia da fome no Brasil. Caderno de Saúde Pública: Rio de Janeiro, 24 (11): 2710-2717, novembro, 2008.